



Poços de Caldas

5º Congresso Nacional de Educação

09- 10 de Junho 2021 | 100%On-line



INSTITUTO FEDERAL

Sul de Minas Gerais

Campus Poços de Caldas

A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA ATÉ O GOLPE DE 1964

Eixo Temático: **Fundamentos da Educação: História, Filosofia e Sociologia da Educação**

Forma de Apresentação: **RESULTADO DE PESQUISA**

Julyana Dias Duarte¹
Paulo Henrique de Souza²

RESUMO

Este estudo procurou compreender as políticas educacionais brasileiras a partir de uma perspectiva histórica com o objetivo de apontar as iniciativas governamentais que formataram a educação no país do período colonial até o Golpe de 1964, elucidando o papel do Estado dentro das relações de poder, no processo conduzido através da normatização implementada através das leis. Para tanto, recorreu-se a revisão da produção bibliográfica, por meio da análise de legislações, textos normativos, livros e artigos que versam sobre o tema, destacando que esse processo esteve influenciado pelos paradigmas que regeram a sociedade brasileira em seus diferentes períodos e o embate de forças que ocuparam o Governo e conduziram o Estado ao longo do tempo.

Palavras-chave: Educação.Estado. Políticas Educacionais.Lei.

1 INTRODUÇÃO

Para a compreensão das mudanças ocorridas nas políticas educacionais brasileiras, é necessário revisitar o processo em que se consumou a responsabilização do Estado brasileiro pelo ensino público gratuito à população sob a égide do panorama político.

Na busca pela compreensão da totalidade, se faz necessário analisar as políticas educacionais brasileiras em uma perspectiva histórica e crítica, intentando apontar a função da educação em uma sociedade democrática ao caracterizar a educação enquanto política social, enfatizando o papel que o Estado deve cumprir para garantir o acesso igualitário à educação.

2 MATERIAL E MÉTODOS.

Nessa perspectiva, é feito o resgate histórico das alterações das políticas educacionais brasileiras e da consolidação da escola pública; o apontamento da função da educação em uma sociedade democrática; a caracterização da educação enquanto política social; o desvelamento do papel do Estado quanto a tarefa de garantir o acesso igualitário à educação; a definição dos conceitos de Estado e Poder; o delineamento das correlações existentes entre as políticas educacionais mediante a análise do regime

¹Licenciada em Geografia e aluna do Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Alfenas.

²Docente e orientador no Programa de Mestrado da Universidade Federal de Alfenas.



Poços de Caldas

5º Congresso Nacional de Educação

09- 10 de Junho 2021 | 100%On-line



INSTITUTO FEDERAL

Sul de Minas Gerais

Campus Poços de Caldas

político brasileiro, frente ao desafio do processo emancipatório discente. Iniciativa desenvolvida através do método qualitativo, que auxilia no entendimento das políticas educacionais por meio da análise de dados primários e secundários das legislações, textos normativos, livros e artigos, apresentando análises qualitativas e quantitativas dessas ações que moldaram a educação brasileira repercutindo por toda sociedade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Saviani (2015), o marco inicial da educação brasileira é a chegada dos jesuítas em 1549 ao Brasil pela missão que possuíam de catequizar e tornar cristãos os indígenas aqui presentes. Essa primeira periodização, em que os primeiros jesuítas ao cumprirem ordens do Rei de Portugal, D. João III, formularam regimentos que podem ser considerados o começo da política educacional brasileira. Na época, mesmo com o financiamento da Coroa portuguesa, teria moldes de uma educação pública religiosa. A seguir, a fase da reforma pombalina, contrapôs-se às ideias religiosas, ao ter o Iluminismo como inspiração, tomando direção ao encontro de ideias laicas. Nesse modelo, ao Estado caberia o pagamento dos professores, bem como as diretrizes curriculares das disciplinas que eram ministradas. Entretanto, a questão da infraestrutura e recursos pedagógicos ainda ficavam por conta dos docentes.

A ampliação do ensino começa a ser ensaiada com o advento da Lei das Escolas de Primeiras Letras, que em seu artigo 1º afirmava que: “Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias” (BRASIL, 1827, não paginado). Algo estabelecido através do desdobramento dessa lei por meio das alterações no regime político brasileiro, face às mudanças decorrentes da proclamação da Independência no ano de 1822.

Nessa consolidação, foi através do Ato Adicional de 1834, que ficou delegado às províncias a responsabilização de ofertar o ensino primário e secundário. Foi nesse contexto, que no decorrer do século XIX, medidas foram tomadas para que de certa forma se propiciasse algo semelhante à oferta da educação pública, mas que ainda mantinha características da esfera privada, como por exemplo, serem ministradas aulas na casa dos professores.

No entanto, apesar da implantação das escolas normais datar de 1835, foi somente após 1870 que obtiveram certa estabilidade, sendo muitas vezes consideradas “onerosas, ineficientes qualitativamente e insignificantes quantitativamente, pois muito pequeno era o número de alunos formados” (SAVIANI, 2012, p. 13).

Foi a partir do início do período republicano no Brasil, que houveram tentativas mais avançadas, principalmente no estado de São Paulo, em direção à um sistema educacional nacional de caráter público. Iniciou-se a sistematização dos serviços educacionais, a partir da tentativa de implantação da organização escolar supracitada, que visava uma totalidade ao que se refere à área administrativa e pedagógica, com a criação de órgãos que viabilizassem as diretrizes escolares, bem como as normas pedagógicas.

A Constituição de 1934, trouxe a exigência de fixação das diretrizes educacionais de caráter nacional, bem como a necessidade de elaboração de um plano nacional de educação. Ademais, houve o conjunto de reformas que foram promulgadas entre 1942 e 1946 por Gustavo Capanema, então ministro da Educação do Estado Novo (SAVIANI, 2005).



Poços de Caldas

5º Congresso Nacional de Educação

09- 10 de Junho 2021 | 100%On-line



INSTITUTO FEDERAL

Sul de Minas Gerais

Campus Poços de Caldas

A Reforma Capanema, ocorreu no ano de 1942, sendo implementadas diversas reformas, denominadas de Leis Orgânicas do Ensino, sendo executados os decretos para o ensino industrial, bem como a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); reestruturação do ensino primário, secundário e normal; decreto para o ensino comercial, bem como a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); execução do decreto para o ensino agrícola (SHIROMA et al, 2007).

Em 1947 a proposta da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tem início efetivo por meio da comissão instalada para elaboração do projeto. No ano seguinte, é encaminhado pelo presidente, o então projeto para análise e votação no Congresso, precisamente no dia 29 de outubro de 1948. Ainda no segmento que propunha mudanças significativas no cenário educacional, pode-se destacar a Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Dentre os projetos de lei debatidos até a versão final da LDB de 1961, se passaram contestações e argumentações que foram construídas em um período posterior à ditadura do Estado Novo (1937 - 1945) e que antecederam a ditadura militar (1964 - 1985).

CONCLUSÕES

A trajetória da Educação brasileira sempre esteve pautada pela ação do Estado e, por conseguinte, dos Governos que se sucederam ao longo da história da nação, pois, desde o início no período colonial foi determinada por normatizações estabelecidas pela governança que se encontrava inserida nos paradigmas conservadores da época e das forças que ocupavam esse espaço na sociedade local. Em face disto, a legislação e as iniciativas implementadas seguiram um caminho lento de alterações onde os princípios progressistas só encontraram espaço na medida em que a oposição às forças conservadoras foi ganhando consistência e influenciando o processo, mesmo que a reboque de forças hegemônicas como no período do Estado Novo. Obviamente, essa conjuntura acompanhou as transformações que o país enfrentou na medida que se tornava urbano e se industrializava, sinalizando que a sociedade, Governo, Estado e Educação interagem permanentemente com base no embate das forças que atuam sobre os mesmos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. **Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.** Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html>. Acesso em: 15 de nov. 2020.

SAVIANI, Dermeval. História da escola pública no Brasil: questões para pesquisa. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura Nascimento (Orgs.). **A escola pública no Brasil: história e historiografia.** Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005. 272 p.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria.** 2.ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 2012. (Coleção memória da educação). 224 p.



Poços de Caldas

5º Congresso Nacional de Educação

09- 10 de Junho 2021 | 100%On-line



INSTITUTO FEDERAL

Sul de Minas Gerais

Campus Poços de Caldas

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino.** Campinas, SP: Autores Associados, 7 ed. 2015. 208 p.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda - **Política educacional.** Rio de Janeiro: Lamparina, 4. ed. 2007. 128 p.